



NATUREZA, ESPAÇO E CULTURA EM COMUNIDADES HALIÊUTICAS

■ ROSEMERI MELO E SOUZA¹

RESUMO

SALIENTAMOS NO TRANSCURSO DESTA ARTIGO QUE O USO TRADICIONAL DOS RECURSOS NATURAIS CONSTITUI IMPORTANTE PARTE DOS ELOS DO RELACIONAMENTO DOS PESCADORES DA COMUNIDADE DE PIAÇABUÇU (ESTADO DE ALAGOAS, NORDESTE DO BRASIL) COM OS AMBIENTES COSTEIROS ONDE VIVEM. EXPLORAMOS A PREMISSE QUE A DIMENSÃO CULTURAL DAS PRÁTICAS TERRITORIAIS E DO MODO DE VIDA DESSES PESCADORES REPOUSA EM UM PATRIMÔNIO HUMANO QUE COMPORTA UMA DIVERSIDADE CULTURAL (SOCIODIVERSIDADE) REFERENTE AOS USOS E À GESTÃO COMUNAL DA BIODIVERSIDADE REGIONAL, APOIADA EM ESTRATÉGIAS CULTURAIS QUE PODERIAM SER ÚTEIS PARA ESTABELECEER MAIS EFICIENTEMENTE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DESSA COMUNIDADE MEDIANTE UM RELACIONAMENTO PLENO E NOVO ENTRE OS SENTIDOS DE ESPAÇO E NATUREZA, À LUZ DE UMA ABORDAGEM DE ESTRATÉGIAS CULTURAIS E AMBIENTAIS BASEADAS NO SABER-FAZER DENTRO DE SEUS CONHECIMENTOS ACERCA DO ESPAÇO VIVIDO.

PALAVRAS-CHAVE – NATUREZA, ESPAÇO, CULTURA, COMUNIDADES PESQUEIRAS.

AS ATIVIDADES HALIÊUTICAS NO LITORAL DO BRASIL _____

As atividades de pesca, de coleta de crustáceos e de moluscos, de extração de fauna e flora como ocorrem na região costeira do nordeste brasileiro, constituem os elementos básicos da configuração socioecológica do segmento de atividades haliêuticas, ou seja, atividades que têm nas relações com o meio aquático, através da pesca, sua base de sustentação. Assim, as atividades haliêuticas são desenvolvidas por segmentos da sociedade rural que vivem em orlas marítimas, margens de rios, baías, enseadas, lagos e lagoas.

Deste modo, a designação de comunidades pesqueiras abrange em sua configuração desde caboclos

ribeirinhos amazônicos a caiçaras do sudeste e coletores dos mangues do Norte e Nordeste, onde são denominados "homens guabiru", dada sua complexação franzina e grau de carência nutricional (CASTRO, 2001), passando por extratores de palmito, lavradores e garimpeiros. Esse setor encontra-se presente em quase todos os Estados brasileiros, com maior ou menor intensidade, constituindo um quadro característico e distinto dos grupos sociais de base estritamente agrícola, apresentando especificidades que têm gerado abordagens e metodologias específicas, nos campos da Geografia Agrária e da Antropologia Social, para citar dois exemplos segundo apurado em estudo de Silva (1996).

Dentre essa diversidade de comunidades pesqueiras destacaremos aquelas que praticam a pesca tradicional em áreas litorâneas do sul de Alagoas. Basicamente, os pescadores de Piaçabuçu, último município alagoano antes da foz do rio São Francisco, cuja localização físico-social consta na seção 1.2 deste artigo.

Esses pescadores-agricultores (de forma complementar), fazem da sua relação ancilar com o meio aquático a base de sua sustentação material e social, conhecendo profundamente as singularidades desse ambiente – a costa nordestina – por aprendizado empírico e aproveitando de modo sustentável a riqueza ictiológica e florística que esse ambiente oferece. Compreende-se por sustentável o tipo de uso do patrimônio ambiental tendo em vista a preservação dos recursos existentes para uso futuro e garantia de obtenção de níveis de bem-estar entre gerações (ATTFIELD, 1999).

A organização das relações comunitárias que têm na atividade pesqueira (ou haliêutica) o seu sustentáculo envolve o desenvolvimento histórico-social de relações tradicionais baseadas tanto em concepções mítico-simbólicas do ponto de vista cultural, como pré-capitalistas do mundo na esfera econômica enquanto características centrais, mas nem por isso menos complexas do que as relações preponderantes nas sociedades modernas (DIEGUES, 1983 e 1996; NEVES, 1996).

Em se tratando de uma atividade econômica baseada na exploração de recursos móveis e que se reproduzem em caráter cíclico, a pesca só poderá ser entendida em relação às condições socioambientais em que ocorre, haja vista envolver a exploração da biota marinha e adjacente à orla

marítima e ser realizada por comunidades socialmente regidas por uma lógica mercantil simples, face às práticas e lides do trabalho no/com os recursos do mar e costeiros, em conflito com o padrão tecno-científico recém introduzido na região com a pesca comercial e industrial regida pela lógica capitalista.

As condições socioambientais compreendem as formas - tanto materiais como simbólicas - de organização do trabalho, ou seja, os meios e dispositivos concretos e intangíveis capazes de assegurar a realização e a perpetuidade da condição pesqueira, quer garantida de forma exclusiva, quer em caráter complementar.

Discorremos nesta seção do trabalho acerca dos aspectos ecológicos imprescindíveis à contextualização da pesca marítima no litoral nordestino para, em seguida, abordarmos aspectos organizativos de diferenciação produtiva do universo pesqueiro tradicional (pescadores monovalentes e plurivalentes). Justifica-se tal introdução pela necessidade de particularizar os segmentos de pescadores existentes na comunidade de Piaçabuçu, a fim de que possamos apreender, com o conhecimento de suas nuances, as estratégias adaptativas de cunho territorial adotadas pelos mesmos em sua relação direta de manejo com os ambientes costeiros em que vivem.

Constitui questão central deste estudo a apresentação de nosso entendimento - entrelaçado ao dos próprios pescadores – sobre a constituição dos espaços e da cultura apoiados numa concepção da natureza definida pelo *ethos* (pertencimento). Por conseguinte, tal pertencimento atua mediando as *representações do espaço* marítimo dessas comunidades

pesqueiras à luz do proposto por Henry Lefevre (*apud* Bettanini, 1982, p. 26-27).

Tais formulações apóiam-se, nesta comunicação, no contexto da *prática espacial*, compreendida como a produção e a reprodução de lugares e de conjuntos espaciais ligados a cada formação social, para em seguida, enveredar pelo desvendamento das *representações do espaço*, ou seja, pelas evidências da cultura na esfera simbólica como os sinais e códigos estabelecidos pelos halieutas, compreendendo que tais *estratégias do cotidiano* (CERTEAU, 1999) respaldam-se em um repertório de *práticas culturais* construídas e ressignificadas no *espaço* pesqueiro, no qual o mar é o suporte metafórico e o espaço de materialização das relações propiciadoras da sustentabilidade multidimensional desses "gestores comunitários" do patrimônio litorâneo nordestino (VIEIRA, 1997; SASCH S, 2000).

ESPAÇO-AMBIENTE DAS ATIVIDADES HALIÊUTICAS NO

NORDESTE

Dada a importância que assume o ambiente físico para a organização da produção social na pesca é oportuno apresentar algumas características dos sistemas ambientais explorados por pescadores no litoral nordestino.

Sistemas ambientais podem ser entendidos como "um conjunto de elementos geofísicos, geográficos e ecológicos, relativamente estáveis e inter-relacionados, cujas condições de reprodução, regulação e limitações tendem à estabilidade longitudinal, apesar das alterações espaço-temporais que possam ocorrer em alguns de seus elementos." (DEUTSCH, 1974, p.37).

Nos diversos ecossistemas marinhos e costeiros é produzida a biomassa através de mecanismos

naturais (cadeias tróficas). O espaço aquático, mais do que o dos ecossistemas terrestres e transitórios, como os ambientes intertidais (entremarés), é dotado de comunidades com maior mobilidade, mesmo havendo espécies com nicho mais restrito. Espécies como a sardinha (*Tuna brasiliensis*) frequentam biótipos distanciados milhares de quilômetros.

Admitindo certo paralelismo entre o dinamismo e a mudança contínua enquanto fatores-chave no interior dos ecossistemas aquáticos costeiros com as relações estabelecidas entre esses processos e as formas de exploração organizadas ao longo do tempo histórico pelas comunidades através de diversas formas de organização da produção pesqueira, torna-se possível delimitar dois modos distintos de exploração de recursos por níveis organizativos de pescadores (DIEGUES, 1983, p. 108-09):

- pesca artesanal: exploração de recursos de ecossistemas limitados espacialmente, como os estuarino-marinhos ("pesca de pedra") e as lagoas de várzea, com hierarquia local proximidade (relações afetivas);
- pesca comercial e industrial (embarcados e trabalhadores da pesca): exploração de recursos de ecossistemas oceânicos (pesca de largo e de mar aberto), com acesso à técnica do trabalho e hierarquização empresarial (relações indiferentes).

Existem três ecossistemas marinhos segundo a produtividade natural: águas temperadas, de ressurgência (*upwellings*) e tropicais, pertencendo as águas do Nordeste brasileiro a este último, o qual

apresenta a menor produtividade natural. Os mares tropicais e subtropicais são caracterizados pela grande variedade de espécies e baixa abundância na composição dos cardumes. A plataforma continental no Nordeste é estreita e rasa, apresentando baixa produtividade do ponto de vista do aproveitamento econômico (estoques). Entretanto, o fundo irregular devido à presença de recifes corallinos caracteriza estas áreas como de grande relevância para a vida marinha.

A delimitação anterior entre pesca artesanal e pesca comercial e industrial, num primeiro momento, parece extremamente simplista, uma vez que desconsidera todos os demais tipos de atividade pesqueira classificados pelo IBAMA em 1996. Todavia, encontra respaldo pelo predomínio da primeira forma de organização da atividade haliêutica no Nordeste brasileiro, sendo comum a apropriação, pelas empresas pesqueiras, de parte do excedente produzido pela pesca artesanal.

Na região em estudo podemos distinguir três espaços pesqueiros distintos:

1) O "espaço litorâneo" (*insbore*) constituído principalmente pelos ecossistemas estuarinos (lagunas, estuários, foz de rios, baías fechadas e enseadas, recifes e corais), é um espaço abrigado contra as intempéries do mar de fora e explorado pelo pequeno pescador através de canoas a remo ou pequenas embarcações motorizadas e armadilhas fixas como o cerco de taquara. O litoral sul alagoano apresenta muitas formações lagunares-insuladas (lagoas retraídas ou "de trás").

2) Estuários e águas costeiras adjacentes que se beneficiam da riqueza biológica criada a partir dos sedimentos transportados pelo rio São Francisco

(foz), da vegetação de mangues e da mistura de água doce e salgada causada pelos movimentos das marés. Inúmeros autores já salientaram a grande produção primária existente nos ecossistemas estuarinos (quantidade de matéria elaborada por vegetais autotróficos que representam o potencial de alimento teoricamente disponível para os animais heterotróficos).

3) Litoral aberto (*offshore*), zona de ambiência oceânica, com profundidades variando de cerca de um a vinte e cinco metros no limite da plataforma continental.

Os manguezais constituem ambiente característico do segundo espaço pesqueiro acima explicitado, apresentando na área pesquisada uma distribuição fitogeográfica, analisada mediante dados da estrutura dos bosques coletados em duas áreas de 10X10 m (I e II) correspondentes à desembocadura do canal principal junto ao mar e à porção superior do manguezal conforme o método de monitoramento de Scheren-Warren (1999).

A ocorrência de espécies em cada área aponta a prevalência de *Rhizophora mangle*, característica derivada da localização tropical desse mangue. Os valores menos expressivos para a área I revelam uma maior antropização devido ao fator locacional, ou seja, uma maior pressão sobre os ecorecursos proporcionada pela melhor acessibilidade.

Os resultados obtidos na área II revelam a parcela mais conservada do referido bosque, onde só penetram os pescadores-coletores mais experientes. Os valores de *Avicennia schaueriana* e de *Laguncularia racemosa* nitidamente menos expressivos, denotam a composição típica dos manguezais do Nordeste brasileiro, onde o principal fator estres-

sor é a salinidade, considerada superior à de outras localidades, devido ao caráter abrigado deste trecho litorâneo.

O LUGAR DA PESQUISA

Piaçabuçu situa-se a 10° 40' 55" S e 36° 43' 44" W, na microrregião de Penedo. Limita-se, além desse município, ao sul, com Feliz Deserto (norte e oeste), Rio São Francisco e Oceano Atlântico (leste). A base da economia local é a agricultura (coco-da-baía), turismo, artesanato e pesca. Com superfície de 242,9 Km², sua sede municipal encontra-se a 4 metros de altitude. O clima predominante é tropical quente e seco, com ocorrência de topoclima úmido. A temperatura máxima anual alcança 38° e a mínima anual, 26°. A população residente é de 15.969 habitantes (IBGE, 2000).

REDES E CONFLITOS NA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DOS PESCADORES ARTESANAIS

A tessitura das redes que compõem as tramas do *tecido relacional* cimentador do trabalho e da vida da comunidade pesqueira de Piaçabuçu (AL) devem ser traçadas em uma perspectiva histórica. Assim, suas origens remontam aos primórdios da colonização.

Entendemos que as comunidades pesqueiras eram constituídas, no passado, primordialmente por lavradores-pescadores, com algumas exceções de comunidades organizadas inicialmente em torno da pesca. Após a introdução da cerca de pescador e do barco a motor, em meados do século XX, estas comunidades passaram a dedicar um tempo cada vez maior às atividades da pesca (confeção e reparo de instrumentos de pesca, operações de

conservação após a pesca, etc). Desse modo, concordamos com a distinção de duas formas de produção tradicional da pesca entre os séc. XVII e início do séc. XX no litoral brasileiro proposta por Silva (1993):

- pescadores-sitiantes (caboclos amznônicos e caiçaras em São Paulo) e;
- pescadores marítimos artesanais (jangadeiros de Alagoas e do Ceará e pescadores de saveiros da Bahia).

Ao que tudo indica, terra e mar perfaziam um todo indiviso, como nós de um complexo tecido relacional, constituído pelas significações territoriais e práticas sócio-culturais com respeito ao ambiente, outrora considerado unidade indivisível de vida e de produção.

Entre as décadas de trinta e oitenta, três marcantes mudanças afetaram o cenário e as redes organizativas das comunidades pesqueiras artesanais e componentes externos, a saber:

- formação das colônias de pescadores pela Marinha (desde os anos vinte);
- a *atualização da pesca* (MALDONADO, 1986, p. 72), ou seja, a absorção de elementos da pesca moderna pela pesca artesanal, como a motorização dos botes de pesca e;
- transformação do sistema de representação corporativista.

Os pescadores artesanais – mono ou polivalentes – mas, sobretudo os segundos, os quais praticam o pluralismo econômico, desenvolvendo conjuntamente atividades produtivas vinculadas à ter-

ra e ao mar (FURTADO, 1994) enfrentam, desde os anos oitenta, três patamares de desafios:

- de um lado, as investidas de grupos privados isolados ou apoiados por recursos públicos, sobre suas terras de morada e trabalho em áreas à beira-mar (sea shore) para a alocação e/ou expansão de empreendimentos turísticos, no processo de *turistização do litoral* abordado em suas implicações territoriais por Rodrigues (1999);
- de outro lado, a ação regulamentadora do setor, em termos de definição profissional do segmento artesanal, organizados em colônias de pescadores, federações estaduais e na confederação nacional. Muitas vezes, tais organizações contrariam os traços de independência e de relações pessoais marcantes da identidade de pescador, ao submetê-los a regras e à sujeição a outras pessoas (de fora da produção e das comunidades pesqueiras) por vezes externas à atividade;
- por último, o profundo reordenamento da vida dos pescadores artesanais fruto da inclusão de suas comunidades em Unidades de Conservação, algumas das quais Parques e Reservas de Uso Indireto. Isto implica afirmar que os pescadores, dotados de formas de manejo dos ecossistemas de longa duração e de um conhecimento empírico bastante sintonizado com as biotas locais, repentinamente, vêem-se impedidos de viver da exploração direta dos recursos costeiros e marinhos.

A forma de produção mercantil simples do pequeno produtor litorâneo é a produção dos pes-

cadores-lavradores. Nesse caso, a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra dos estoques pesqueiros. Aí, a propriedade típica de produção é a doméstica (família e/ou grupo de vizinhança), e normalmente o pescado, além de salgado e secado para o consumo direto, é em geral vendido e constitui uma das principais fontes de dinheiro disponível para a compra de algumas mercadorias essenciais.

Em todos os casos, a atividade pesqueira da comunidade de Piaçabuçu inscreve-se dentro de atividades predominantemente agrícolas que constituem a base de subsistência e organização social desses pescadores ("roça ou roçado", centrada no plantio da mandioca, mas que associa, além da pesca, o artesanato caseiro, a coleta de frutos do mato na restinga, etc).

O calendário complexo das atividades econômicas, apesar de diversificado, tem a predominância agrícola, mesmo ao nível mais global da cooperação no trabalho (mutirão). Todo o mundo de valores (ideologia) é marcado pelas atividades do trato da terra (mesmo sendo agricultura itinerante). Em geral, os mesmos membros da família (parentes) constituem as unidades de trabalho, que se destinam seja ao trato da terra (em algumas de suas fases), seja à captura e conservação/acondicionamento do pescado.

Nesse sentido, o conceito-chave é do grupo doméstico, entendido como um sistema de relações sociais que, baseadas no princípio de residência comum, regulam e garantem o processo produtivo.

No limite, a intensidade do trabalho tem como teto o número de trabalhadores diretos existentes

nos grupos domésticos, elemento definidor do grau de fadiga que possam suportar para produzir (MELO, 1995). Quando há necessidade de se ampliar a capacidade produtiva do grupo doméstico apela-se para o mutirão, ou ajuda de vários grupos domésticos em ocasiões especiais, tais como a colheita. A divisão de trabalho ocorre por critérios de sexo e idade, cabendo às mulheres uma parte maior nos trabalhos caseiros e de roça, enquanto os homens integram as campanhas de pesca.

Na atualidade, a pesca artesanal configura-se, no espaço litoral nordestino, como uma atividade predominantemente complementar destinada a produzir valores de troca. A remuneração da força de trabalho dá-se pelo sistema de partilha ou quinhões identificado como parceria. Tanto os equipamentos como a renda auferida da pesca são de baixo custo relativo. Desse modo, o igualitarismo na divisão do produto é bastante visível.

Todavia, não é esta a única forma de divisão do pescado, posto as comunidades haliêuticas desenvolverem relações entremeadas por múltiplas interferências, de âmbito externo ao circuito simples da produção pesqueira artesanal. Como outras formas de partição do pescado, de caráter hierárquico, registramos a *desapartada*, na qual metade do pescado fica para o mestre de pesca e 25% para o dono do bote, sendo repartidos entre os demais pescadores os 25% restantes.

Essa são alguns dos traços ecológicos e organizativos das *redes*, como metáfora da vida marítima e ligada ao mar, na formulação das *tramas* forjadas pelas estratégias adaptativas configuradoras da territorialidade dos pescadores artesanais de Piaçabuçu, as quais dedicaremos nossa atenção na segunda parte deste artigo.

OS HALIEUTAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: REVISITANDO OS TRAÇOS DO MITO PRESERVACIONISTA

O falso dilema provocado pela presença dos nativos pescadores (artesanais) em Unidades de Conservação repousa naquilo que Diegues (1997) denomina "o mito moderno da natureza intocada". Essa reificação de áreas intocáveis (pelo capital), afirma o autor, repousa numa visão idílica da natureza (santuários), a qual tem seus primórdios nas práticas dos ambientalistas americanos do final do século XIX, com a criação do Parque Yellstown (EUA, 1873) e dos Botanic Royal Gardens (Kew Gardens), na Inglaterra vitoriana.

Esta visão reducionista da questão ambiental, que passou a ser denominada preservacionismo, alega que os povos tradicionais também contribuem à depleção dos recursos naturais, que devem ser tratados como "reliquias" de um paraíso inexistente - posto que salienta Santos (2000) não existir a questão da natureza dissociada das suas formas de apropriação pelo homem. Assim, a própria noção de ecorecurso está intrinsecamente ligada à idéia-motriz de apropriação pelos grupos sociais, haja vista todo recurso ser considerado em termos de seu potencial econômico-ecológico.

Ao desconsiderar as características centrais dos povos tradicionais, onde estão inclusos os pescadores artesanais, os defensores do preservacionismo restrito parecem desconhecer que, dentre tais características, destacam-se (ADAMS, 2000, p.117) "um conhecimento profundo dos ecossistemas dos quais fazem parte, o que permite a sua produção e a reprodução social no tempo, além

da conservação dos próprios recursos naturais de que dependem para sobreviver..." (grifos nossos).

Entretanto, numerosos estudiosos, desde os clássicos aos atuais, sobremaneira no campo da Antropologia, têm demonstrado em suas investigações que a presença dos povos tradicionais manejando os ecossistemas por tanto tempo sem haver provocado sua depleção vem contribuindo para conservação daqueles. Também forjando um patrimônio relacional constituído não somente pelo substrato de vida material como também cimentado pelos laços comunitários propiciadores das bases de uma sustentabilidade desse modo de vida e de trabalho específico das comunidades litorâneas familiares (re)sistentes e resilientes ao longo da zona costeira brasileira, sobretudo nas franjas periféricas das formas de ocupação capitalista predominante.

É reconhecido na literatura que a sustentabilidade é ameaçada quando certos valores e práticas são destruídos. Neste sentido, em Piaçabuçu, o confronto com a pesca industrial (embarcados e patrões X pescadores e mestres) e a subversão de relações advindas das novas sociabilidades constituídas entre locais e forasteiros, tem promovido não apenas o solapamento das relações tradicionais como a destruição do substrato ecológico-econômico representado pelos ecorecursos ameaçados.

A esse respeito, afirma Begossi (1995), o abandono da agricultura e o incremento progressivo por da pesca realizada de forma tradicional por comunidades pesqueiras do litoral sudeste e caboclos amazônicos tem contribuído para aumentar a sua *resiliência cultural*. Entende-se por esse conceito, a ampliação de meios e condições de restabelecimento do equilíbrio anterior do sistema após agressões.

A resiliência cultural é construída pelas mediações históricas e socioespaciais entre o saber e o saber-fazer plasmadas no seio dessas comunidades. São os dois momentos relevantes como vida desse patrimônio relacional, consistindo em momentos dinâmicos, que se redefinem cada vez que o homem inova e renova sua territorialidade, através de um repertório de estratégias adaptativas que logram uma duradoura coexistência com o meio ambiente.

Essas duas faces da mesma medalha – homem/meio-ambiente são a chave do entendimento das tramas da territorialidade, da significação mesma dos modos de gestão dos ecorecursos e da continuidade de sua individuação coletiva. Esses sujeitos, ao agir com/sobre os meios onde vivem, recriam seu cotidiano e estabelecem territorialidades, na acepção de conferir à extensão do território apropriada e usada características de exclusividade, ou seja, *de pertencer àquilo que nos pertence* (SANTOS, 2001, p.19). Neste sentido ancestral, a territorialidade antecede e até mesmo prescinde da presença do Estado, sendo suportada pelas redes de identidades forjadas pelas relações gregárias constituintes de uma memória coletiva face ao manejo dos ecorecursos. (BEGOSSI, 1995; ADAMS, 2000).

Todavia, o desenvolvimento de estratégias adaptativas de base territorial por parte dos habitantes, como exemplo de populações tradicionais, remonta a um passado mais distante. Muitas dessas estratégias têm propiciado modos de manejo dos ecorecursos mantenedores da sustentabilidade ambiental dos ecossistemas que lhes conferem suporte, configurando o que Diegues (2000) define por etnoconservação, a saber: conjunto de práti-

cas socioterritoriais de manejo dos sistemas ambientais, mediante mecanismos simbólicos e concretos que objetivam a sustentabilidade das estruturas comunitárias e relacionais de seus praticantes.

Portanto, a compreensão analítica da territorialidade consiste na chave do conhecimento para sua respeitabilidade bem como para a conservação dos recursos dos quais os halieutas consideram-se, de modo simultâneo, usuários e guardiães, devido às formas de estabelecimento dos usos destes recursos pelo conjunto dos atores sociais destas comunidades, também residindo em fator decisivo a ser considerado pelos formuladores de políticas públicas e de todos os cidadãos.

A DIMENSÃO CULTURAL NAS TRAMAS DO SABER-FAZER NA COMUNIDADE HALIÊUTICA DE PIAÇABUÇU

O lugar recria cultura a partir de um cotidiano vivido coletivamente, nas tramas constitutivas das identidades de resistência, criadas por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas ante a lógica dominante, construindo assim princípios e lógicas diferenciadas de apropriação e uso do aporte de recursos naturais e de estabelecimento de relações sociais, como assinala Castells (1999, p.24).

Esse processo baseia-se em um saber-fazer onde se enquadram crenças, formas de manejo do meio ambiente, tecnologia, ciência da natureza, criação e recriação de estratégias de vida, como apontam Furtado (op. cit) e Maldonado (1993). Vale dizer, também, que o patrimônio ambiental tem relação direta com esse saber e o saber-fazer, na medida em que os recursos do meio ambiente são incorporados como espaços vivenciais, não dissociados dos demais aspectos de sua existência, na

verdadeira acepção de região-espço-vivido concebida por Fremont (1986).

O patrimônio ambiental tem relação com esse saber e o saber-fazer, na medida em que os ecorecursos são incorporados como espaços efetivos pelo homem, através de instrumentos de trabalho e da rede de relações que ele constrói no processo de vida material, ecológica, social e cultural.

A importância da constituição identitária com base no lugar revela-se crucial diante da iminente situação de quase abandono que as comunidades pesqueiras nordestinas têm enfrentado, como resultante do desmantelamento e da orientação estratégica equivocada adotada pelo governo para a pequena produção, notadamente o sub-setor pesqueiro.

Vale ressaltar que um potencial colapso no setor agrário poderia ter maiores impactos sociais e econômicos, pois os pescadores-agricultores prestam uma importante contribuição ao abastecimento interno de alimentos na região Nordeste.

A análise de algumas das estratégias territoriais de gestão dos ecorecursos empreendidas pelos halieutas meridionais alagoanos serão alvo da próxima seção deste trabalho

USOS SOCIAIS DOS ECORECURSOS E ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS DE GESTÃO EM COMUNIDADES PESQUEIRAS

Os manguezais constituem os ecorecursos de usos sociais mais diversificados na área de estudo, não apenas do ponto de vista social, mas também por desempenharem importante função biorreguladora dos ambientes costeiros. Entretanto, as respostas obtidas em entrevistas apontam os usos sociais promovidos pelos pescadores para o conjunto de ecorecursos locais, ou seja, além dos man-

gues, restingas e campos dunares são utilizados pelos halieutas.

A parcela mais expressiva corresponde à extração de lenha para cocção e construção de casas, associado à alimentação, representada pela coleta de espécies piscícolas e de crustáceos.

Quanto ao uso social para cocção de alimentos, a análise demonstrou que 75% da comunidade possuem fogão a lenha, sendo que 45% destes também possuem fogão a gás. Notamos que o uso de lenha do mangue para cocção aumenta quando diminui a oferta de vagas nos barcos pesqueiros, como ajudantes de pesca, principalmente para os homens mais jovens. Isto denota a existência de uma correlação entre a oscilação periódica da renda familiar e intensidade de exploração da biota do manguezal.

No tocante ao uso da madeira para a construção, observa-se que 68% da população possuem casa de taipa, 15% têm casa de alvenaria e 7% têm a casa construída de modo conjugado, empregando taipa e alvenaria. A madeira utilizada na construção das casas é retirada do mangue vermelho ou siriúba, situado no limite superior da faixa inetrtridal que é denominado "mangue seco" pelos pescadores.

Cerca de 90% dos moradores utilizam a fauna do manguezal para comercialização e 65% para alimentação direta. Quanto à madeira do mangue, 55% dos entrevistados utilizam o mangue vermelho na construção de tetos e paredes (amarração) das casas e o mangue de botão (branco) para a construção das cercas. Esse fato específico revela uma estratégia de cunho territorial, apontando um "zoneamento" de caráter empírico, baseado na especiação fitogeográfica do manguezal. Depoimen-

tos obtidos em trabalho de campo, apontam características diferenciadas dos tipos de flora do manguezal como a razão do estabelecimento deste padrão diferenciado de usos sociais do mangue por estrato floral.

Salientamos ainda a existência de usos em cerimônias religiosas, além de recente introdução de usos como plantas ornamentais (folhas secas e galhos em arranjos decorativos). Os usos medicinais, alimentares e rituais consistem em pistas demaratórias da territorialidade ancilar dos halieutas, a qual vem sendo impactada pelo turismo no litoral sul alagoano.

As estratégias territoriais de gestão dos ecorecursos analisadas neste trabalho comportam os segmentos da realização da pesca propriamente dita, com destaque à verificação dos ritmos das marés e a relação daqueles com a variação das capturas, passando em seguida à esfera da participação feminina no universo da pesca tradicional, mediante pormenorização dos papéis desempenhados por aquelas na definição de usos sociais dos ecorecursos de caráter fundamental, como a alimentação e medicinal.

No campo do comportamento e da previsão das marés, mecanismo indispensável na organização e gestão da pesca tradicional, desnecessário faz-se alongar observações sobre o saber dos pescadores, em toda a parte. Gostaríamos, contudo, de destacar as formulações relacionadas aos ciclos de marés. Estes dividem-se entre altas (preamar) e baixas, além de "águas vivas e mortas", no relato de um jovem pescador retornante à vila após dois anos de residência em Maceió, capital de Alagoas: *"Dona, as água baixa são as dos mês de abril e agosto, quando a maré num cobre nem os canais de areias como esse que nós vê agora."*

Mas quando as água tão vivas, em março e setembro, só carro grande para atravessar o canal..."

Tratava-se de uma conversa sobre os ritmos das marés e a variação das capturas. O fenômeno das águas mortas guarda forte relação com a pujança dos ciclos reprodutivos e do carreamento de nutrientes do ambiente marinho para o manguezal frente ao qual deu-se esta conversa. A ocorrência de tais eventos também acentua (caso das marés vivas ou de sigízia) os perigos de saída para a pesca em mar aberto, conforme disse-nos um aprendiz de pesca (12 anos), falando sobre o "modo alvoiroçado dos peixes ficar nas pedras e até no fundo."(sic).

Na esfera da participação feminina no universo pesqueiro, resgatamos o saber lidar com a retirada de lenha do mangue. Ao contrário do suposto por leigos e incautos no trato com comunidades pesqueiras, cabe à mulher não só os afazeres ligados ao tratamento do pescado após a despesca (retirada do pescado dos barcos) até a seleção, coleta e preparo de alimentos usando ervas aromáticas específicas para tal fim.

Cabe à mulher, ainda, o papel de interdição de consumo de certas espécies, segundo várias delas, "remosas, ruins pro sangue". Isto deve-se ao conhecimento dos "segredos da terra" visto que aos homens pescadores foi revelado o "segredo do mar", ou seja, a localização dos melhores pesqueiros, além das classificações dos sítios dos peixes por espécie e/ou por hábitos de grupos de peixes.

Quanto ao controle da retirada de lenha do mangue, assim expressou-se uma senhora de setenta anos " *Minha filha, só quem é tolo rouba o que a mãe natureza dá hoje e vai passar fome amanhã... Quando a mata tá rala aqui, nós vai acolá no mangue alto e tira o que nós*

precisa." (sic). Essa retirada cíclica propicia a reposição, mesmo que parcial, do mangue em tempos distintos, sem quase nunca desnudá-lo completamente, posto todo pescador saber "*que é da lama que sai o peixe do mar....*"

Tais espaços são efetivamente ocupados pelo homem-mulher-criança-idoso pescador, haja vista todos esses atores sociais envolverem-se na multiplicidade de práticas estruturantes de suas comunidades. Tal envolvimento é resultante da apropriação coletiva, por parte dos membros e dos agregados aos grupos comunitários, dos instrumentos de trabalho e da construção comunal da teia de relações cotidianas, no processo de vida social, material, cultural e espiritual (CERTEAU, 1999).

À GUIA DE CONCLUSÃO - TERRITORIALIDADE, NATUREZA E CULTURA EM COMUNIDADES HALIÊUTICAS _____

A gestão dos ecorecursos comporta diferentes valores em função de pessoas e grupos. Isto implica adotar uma visão mais ampla que requer maior participação das pessoas das comunidades pesqueiras na tomada de decisões. Faz-se relevante salientar este aspecto da tomada de decisões de forma participativa, pois muitas das pessoas que mais têm a perder com a má administração e gestão inadequada dos recursos pesqueiros são, constantemente, excluídas tanto das decisões relativas à gestão desses recursos, que afetam de modo crucial sua existência quanto da dos cálculos econômicos que valoram seu patrimônio ambiental, empobrecendo os requisitos de valorização cultural do patrimônio dessas comunidades.

O papel contraditório desenvolvido pelo Estado e por alguns agentes privados, tal como a pressão exercida sobre os estoques do litoral alagoano por navios pesqueiros alóctones e de projetos de requalificação profissional para pescadores faz-se notar a partir de algumas consequências dessas investidas sobre a desagregação do ethos comunitário e da adoção de práticas cada vez mais mercantis de exploração da biota do manguezal.

Tais investidas contribuem para a ruptura do tecido relacional que garante, tradicionalmente, melhores exemplos de práticas sustentáveis de usos sociais desses ecorecursos, quando confrontadas com as recentemente estimuladas, em nome da promoção de um duvidoso conceito de desenvolvimento local, sem, todavia, ter um maior compromisso com a introdução de usos racionais do patrimônio ecológico configurado tanto pelos manguezais como pelas comunidades de pescadores.

Dependendo do ritmo ou dos agentes impulsores das mudanças no tecido relacional dos ha- lieutas do sul de Alagoas, sujeitos aos fatores de pressão sobre o manejo dos ecorecursos apresentados neste trabalho, os resultados podem assumir (ou não) um caráter prejudicial ao cotidiano das populações, causando estragos, às vezes irreversíveis, ao tecido relacional comunitário, fomentando o processo migratório campo-cidade, com a consequente ampliação da exclusão social, assim como a perda de memória desse universo partilhado de referências e de práticas comunitárias formadoras do ethos e da territorialidade dos pescadores artesanais.

NOTAS

1. Prof.^ª Dr.^ª dos Cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da

UFS - Universidade Federal de Sergipe - Avenida Marechal Rondon, s/n – Pólo de Gestão/Pós-Graduação - PRODEMA, sala 01. Bairro: Rosa Elze – CEP: 49100-000 - São Cristóvão, Sergipe, Brasil - Telefax: (79) 3212-6793 - E-mail: rome@ufs.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Cristina. *Caíças na Mata Atlântica*. São Paulo: Annablume, 2000.
- ATTFIELD, Robin. Sustainable Development. In: *On Ethics of the Global Environment*. Edinburgh University Press, 1999.
- BARROS, H. M. et alii. Projeto MADAM – Gestão de Ecossistemas Costeiros na costa do Pará. In: *Anais da IV Reunião Nordeste da APIPSA*, Recife, UFRPE, 1997.
- BEGOSSI, A. Cultural and ecological resilience among caíças of the Atlantic Forest and caboclos of the Amazon. In F. BERKES and C. FOLKE. *Linking social and ecological systems for resilience and sustainability*. Estocolmo. The Beijer International Institute of Ecological Economics, 1995.
- BETTANINI, T. *Espaço e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BRASIL. *Base de Informações Municipais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.
- DEUTSCH, A. C. On interaction of ecological and political systems: some potential contributions of the social sciences to the study of man and his environment. *Information sur les Sciences Sociales*. Paris, 13, (6), 1973.
- DIAS, J. B. & GARAY, I. *Conservação da Biodiversidade em Ecossistemas Tropicais*. São Paulo: Vozes, 2001.
- DIEGUES, A. C. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: SERRANO, C. e BRUHNS, H. (orgs.). *Viagens à Natureza*. Campinas: Papirus, 1997.
- _____. (org.). *Etnoconservação*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- ELIADE, M. *O Mito do Eterno Retorno*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FREMONT, A. *Region, Espace Vécu*. Paris: Editions Galimard, 1986.
- FURTADO, L. G. Riqueza e exploração da Pesca. In: *Amazônia: Temas Básicos*. Brasília: IBAMA/MMA, 1994.
- IBAMA. *Diagnóstico da Pesca Marítima*. Brasília, 1996.
- MALDONADO, S. C.. *Pescadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Mestres e Mares*. São Paulo: Annablume, Selo Universidade, 7, 1993.
- MELO, R. S. *Terra, Trabalho e Vida*. (Dissertação de Mestrado). Aracaju, UFS/NPGeo, 1995.

_____. Sustentabilidade Local de Comunidades Pesqueiras Artesanais no Nordeste Meridional. In: *Relatório Final*. Brasília, IBAMA/MA/CDS-UnB, 1999.

NEVES, W. *Antropologia Ecológica*. São Paulo: Ática, 1996.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e Espaço* - rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil - Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHEREN-WARREN, I. *Mangrove/Manguezais*. Brasília/Nova Déli: IICA, 1999.

SILVA, G. M.. O camponês pescador. In: SANTOS, L. S. (org.). *Camponeses de Sergipe*. Aracaju: NPGEIO, pp. 45-57, 1996.

SILVA, J. G. *Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: CEMAR, 1993.

VIEIRA, P. F. e WEBER, J. (orgs.). *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental*. São Paulo: Cortez, 1997.

ABSTRACT

WE POINT OUT ALONG THIS PAPER THAT THE TRADITIONAL USES OF THE NATURAL RESOURCES CONSTITUTE IMPORTANT PART OF THE PLOTS OF THE SOCIOCULTURAL RELATIONSHIP OF THE FISHERMEN COMMUNITY OF PIAÇABUÇU (ALAGOAS STATE, NORTHEAST BRAZIL) WITH THE COASTAL ENVIRONMENT. WE EXPLORE THE PREMISE THAT THE CULTURAL DIMENSION OF THEIR TERRITORIAL PRACTICES AND WAY OF LIVING RESTS IN A HUMAN PATRIMONY WHICH HOLDS A CULTURAL DIVERSITY (SOCIODIVERSITY) RELATED TO THE USES AND COMMON MANAGEMENT OF THE REGIONAL BIODIVERSITY, SUPPORTED BY CULTURAL STRATEGIES THAT COULD BE USEFUL TO ESTABLISHES MORE EFFICIENTLY THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE RESIDENT COMMUNITIES THROUGH A FULL AND NEW RELATIONSHIP BETWEEN MENAS OF SPACE AND NATURE BASED ON CULTURE-ENVIRONMENT APPROACHED STRATEGIES BASED ON KNOW-HOW WITHIN THEIR EXPERTISE ABOUT THE LIVING SPACE.

KEYWORDS – NATURE, SPACE, CULTURE, FISHERMEN COMMUNITIES.